

PRECARIZAÇÃO DA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: A defesa do projeto ético-político no contexto das particularidades Amazônicas

PRECARIOUSNESS OF SOCIAL SERVICE TRAINING: The defense of the ethical-political project in the context of Amazonian particularities

Andreza dos Santos Gama¹

Caio das Neves²

Marcos Vinícius Monteiro de Salles³

Resumo: Este artigo aborda a precarização da formação do profissional assistente social dentro da particularidade do contexto amazônico. Tendo como objetivo analisar as condições de ensino proporcionadas pelas refrações da “questão social”, diante da atual crise do capital, observando as novas configurações postas diante da hegemonia neoliberal. Diante disso será feita uma revisão bibliográfica da produção intelectual no Serviço Social acerca das categorias, formação profissional e trabalho, buscando resgatar suas contribuições no que tange à “precarização da formação do Assistente Social”.

Palavras-chave: serviço social; precarização do ensino; Amazônia; formação profissional.

¹ Graduada em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Paulista (UNIP), graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA), estagiária de Serviço Social da Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA) e estagiária do Núcleo de Endocrinologia e Diabetes da Universidade Federal do Pará (NUED-UFPA-CHU-HUJBB). E-mail: dryka.santos8@gmail.com.

² Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Atualmente é estagiário da Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA), com ênfase em Serviço Social e Relações Trabalhistas. Membro do grupo de estudos e pesquisa em Educação e Justiça Social (EDUJUS/UFPA), com estudos em assistência estudantil. Bolsista com vínculo PROAD/UFPA na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFPA (PPGP/UFPA). Membro do Projeto Açaí sem Trabalho Infantil da Clínica de Combate ao Trabalho Escravo da UFPA (CCTE/UFPA). E-mail: caiofreitas.23.123@gmail.com.

³ Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Estagiário administrativo no Programa de Pós-Graduação em Inovações Farmacêuticas (PPGIF/UFPA). Coordenador de Esporte e Cultura do Centro Acadêmico de Serviço Social Joaquina Barata (CASS/UFPA). Voluntário nos projetos O Controle Social na Gestão da Política de Assistência Social, Programa Infância e Adolescência e Programa Universidade da Pessoa Idosa. Pesquisador nas áreas de assistência social, infância, educação, gênero, classe e raça na Amazônia. E-mail: viniussalles0104@gmail.com.

PRECARIZAÇÃO DA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: A defesa do projeto ético-político no contexto das particularidades Amazônicas

Abstract: This article addresses the precariousness of social work training within the particular context of the Amazon. Its objective is to analyze the teaching conditions afforded by the refractions of the "social question" in light of the current capital crisis, observing the new configurations posed by neoliberal hegemony. In light of this, a bibliographic review of intellectual production in Social Work regarding categories, professional training, and work will be conducted, seeking to recover their contributions regarding the "precariousness of social work training."

Keywords: social service; precariousness of education; Amazon; professional training.

Introdução

A presente escrita trata da precarização na formação acadêmica e profissional em Serviço Social e como esse déficit formativo pode afetar o fazer profissional de assistentes sociais no trato da questão social na particularidade amazônica. Os intensos movimentos de desfinanciamento da educação superior pública têm grande impacto na qualidade formativa do ensino, da pesquisa e da extensão e, em específico, na formação de assistentes sociais impactando no agir profissional tanto na perspectiva da criticidade, construída historicamente na profissão e defendida até o momento atual frente ao conservadorismo ainda presente na profissão, quanto na apreensão da realidade social em sua totalidade na perspectiva marxista. Desta forma, mostra-se a crescente motilidade do setor privado no escopo da educação superior incorporando-se o viés neoliberal na mesma.

O Estado neoliberal brasileiro vem adotando medidas para transformar o ensino público em ensino público não estatal e de incentivos ao empresariamento do ensino superior, somando a falta de investimentos na seara do ensino público superior provocando o *'sucateamento'* das Instituições de Ensino Superior (IES) e a reconfiguração do ensino-aprendizagem superior público (Araújo; Pereira, 2022). Nesse sentido, cada vez mais a universidade adota, pela influência neoliberal na mesma desde o seu cerne, noções mais tecnicistas, operacionais e pragmáticas o que Guerra (2010), explica ao afirmar que primeiramente a educação superior se dará em uma formação e posteriormente um profissional "do aqui e do agora", com proposições imediatistas/superficiais sem um aprofundamento crítico da realidade social exposta.

Ainda, com o desmonte da educação e a intensa dinâmica de ataques à educação superior, há o crescimento da modalidade de Ensino à Distância (EAD) principalmente na

PRECARIZAÇÃO DA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: A defesa do projeto ético-político no contexto das particularidades Amazônicas

área de faculdades particulares e institutos universitários o que compromete severamente a qualidade do ensino e apuração nos eixos teórico-metodológico e ético-político do Serviço Social dissociando o ensino, pesquisa e extensão, uma vez que, por não possuir base universitária e conforme adjuntamente ao aparato legal, não se faz a necessidade de interligação entre pesquisa e extensão nas faculdades particulares, e desta forma reforçando a lógica mercantilista e tecnicista na educação (Araújo; Pereira, 2022).

Recentemente outro fator de instabilidade no ensino brasileiro público, trabalhado nesta pesquisa enquanto a forma *cristalizada* do viés neoliberal dos desmontes do maquinário público e da mercantilização da educação, foi a greve de 2024 dos técnicos administrativos dos institutos superiores (TAE's) que ganhou força com a junção dos professores docentes das universidades federais do Brasil, onde a greve durou um período expressivo de tempo. A greve mostrou-se como um direito pleno tanto dos TAEs quanto dos professores, porém é mascarada e olhada de forma superficial, onde há a culpabilização dos técnicos e docentes pela suspensão das aulas sem o entendimento da real luta estrutural por trás, onde os repasses para o ensino público superior foram mínimos ou até inexistentes, resultando o agravamento da estrutura física das universidades federais, além da falta de incentivos em bolsas de pesquisa, ensino e extensão, e também de cortes de financiamento de programas de assistência estudantil, estagnação do salário e dos benefícios à massa trabalhadora das IES. Nessa ótica, há uma reconfiguração de inversão de responsabilidades, a responsabilidade pela greve recai-se para os professores e técnicos e não sobre o estado neoliberal que não repassa os incentivos para a educação superior.

À vista disso, todos esses pontos podem indicar a fragilização formacional de futuros assistentes sociais e por isso trazer consequências no trato da questão social e principalmente na apreensão da realidade reconhecendo-se seu papel na parte de viabilidade das políticas públicas para os usuários destas políticas, trazendo a fragmentação e enfraquecimento do projeto ético-político da profissão. Vale ressaltar também a especificidade amazônica da "questão social" e suas requisições no fazer profissional entendendo a conjuntura estrutural do capitalismo na Amazônia.

A metodologia utilizada foi a apreensão de revisão bibliográfica e de natureza de reflexão teórica baseando-se de uma forma crítica marxista característica do Serviço Social atual. O referencial teórico escolhido foi o materialismo histórico dialético justamente por permitir uma análise mais arraigada da realidade social, de forma crítica, permitindo uma

PRECARIZAÇÃO DA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: A defesa do projeto ético-político no contexto das particularidades Amazônicas

análise da estrutura concreta do modo capitalista de produção e como ele se introduz no decoro social da educação, da ensinança, da vida pessoal e da realidade amazônica sem deslocá-los da estrutura (Tozoni-Reis, 2020).

Histórico do Desfinanciamento da Educação Superior

A precarização do ensino superior não é algo exclusivo na dimensão do Serviço Social, mas sim mostra-se como um projeto educacional arquitetado para atender aos valores do mercado, focalizando nas características de rentabilidade dos investimentos (Conselho Regional de Serviço Social/MG, 2021). À vista disso, as últimas décadas do século XX se enquadram na exigência de reestruturação econômica delineada por organizações internacionais e por isso levaram à redefinição dos setores mais estruturantes, incluindo a educação superior (Ferreira, 2019). De acordo com Ferreira (2019), uma das objetividades de tal reestruturação e redimensionamento estrutural do ensino superior se deve ao asseguramento ideológico internacional, em específico a ideologia estadunidense, uma vez que uma das formas mais eficientes de assegurar e propagar a ideologia norte americana era dominar a forma de pensar e apreender e, por isso, a educação passou a ser alvo de intervenção majoritária nos investimentos estruturais.

Outra mudança estrutural da educação foi a implementação da Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDB) fomentando a reformulação dos cursos a distância (EAD) na estância do ensino superior interferindo na ampliação e no viés universal do ensino, tal modalidade que se institucionou como lucrativa pelos seus baixos custos de gastos evidenciada como setor favorável de investimentos e em ritmo de expansão, esta modalidade no entanto é colocada em xeque no que concerne a qualidade, justamente pela ausência da efetivação pedagógica, podendo se apartar da relação basilar de ensino, pesquisa e extensão, introdução à movimentos sociais e por toda controvérsia de irregularidades ao redor do EAD (Chagas et al., 2018).

Intrinsecamente ao crescimento da modalidade EAD, a LDB proporcionou a criação de programas para a inserção da massa empobrecida no ensino superior, porém percebe-se tal medida como um processo de privatização do ensino superior, na qual tais programas são mascarados pelo discurso de “inclusão social” e alicerçados na concepção de Ferreira (2019), em duas pontuações norteadoras onde

A primeira delas é a expansão de instituições privadas com a liberalização dos serviços educacionais; e a segunda é a privatização interna das instituições públicas,

PRECARIZAÇÃO DA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: A defesa do projeto ético-político no contexto das particularidades Amazônicas

sendo que esta última se efetivará por meio das fundações de direito privado. A expansão das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, em detrimento da pública, assinala a criação de incentivos fiscais a quem aderir a programas como o Programa Universidade para Todos (PROUNI) (Ferreira, 2019, p. 8).

Logo entende-se um método político-jurídico na aglutinação, aligeiramento e desqualificação profissional, agravando o ensino, focalizando o viés quantitativo e desconsiderando o viés qualitativo da formação. O Programa Universidade Para Todos (PROUNI) no governo Lula retirou da falência inúmeros grupos privados e empresariais do ramo educacional, mesmo sem essa pretensão e de forma indireta transferindo e redirecionando verba pública nas reservas de vagas das instituições de ensino superior (IES) privadas com a motivação de oferecer bolsas de estudo à estudantes advindos do ensino público (Chagas et al., 2018).

Lateralmente ao crescimento do ensino EAD, as ofertas de programas vendidos superficialmente com intenções sociais e a progressão das IES privadas, há a falta de verba pública no direcionamento das IES públicas, uma vez que a proveniência do dinheiro é advindo do Fundo Público Federal (FPF) composto do recolhimento de impostos, taxas e outras tributações pagas pela população do Brasil, assim por ser financiada pelo FPF o direcionamento do dinheiro é posto em disputa ampla composta por vários setores públicos e privados além de programas pautados na educação superior como o caso do PROUNI (Santos, 2013). Na visão de Santos (2013), os institutos federais de ensino superior (IFES) públicos não têm um balanço equilibrado no quesito de fundos patrimoniais e em seu orçamento uma vez que a LDB não estipulou materialmente a designação do financiamento para a constância de expansão e infraestrutura das IFES de forma decisiva.

Nessa linha, uma das formas das IFES deixarem equilibrado seu orçamento e fundos seria o autofinanciamento através da captação própria de recursos, e assim destacando o autofinanciamento do ensino público como um dos primeiros passos no direcionamento da privatização da educação pública de ensino superior (Santos, 2013). Outro passo no direcionamento da falta de repasses para as universidades ao qual materializou um dos instrumentos da classe trabalhadora frente a esse desmonte e desfinanciamento do ensino superior foi a greve unificada das IFES de 2024. Indicativamente tal acontecimento mencionado acima, trouxe pontos de análise significativos ao Serviço Social como explicitado por Carvalho e Iamamoto (1983), ao analisar que a questão social é inerente à luta de classes e da contradição entre proletariado e burguesia. De uma perspectiva de massas, em algumas instâncias a greve foi vista por maus olhos, onde a culpa decaiu à classe trabalhadora dos

PRECARIZAÇÃO DA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: A defesa do projeto ético-político no contexto das particularidades Amazônicas

técnicos e docentes, desse modo observa-se o mascaramento da realidade reforçando a dominação ideológica do projeto neoliberal se mostrando forte no eixo da sociedade, e também como há uma eminente eficiência do controle massificado na forma de agir e pensar socialmente, tal projeto na esfera econômica propõe pospor a relação capital/trabalho haja vista que esta relação é base para compreender as produções e reproduções da questão social, escamoteando este conflito e todos seus apensos relacionados, servindo como instrumento de permanência da ideologia dominante (Moraes; Maestro Filho; Dias, 2003).

Nesse sentido, Iamamoto (2021), irá apontar que tal trajetória de redução de despesas de serviços públicos não se limita a área econômica, mas também implica nas “formas de sociabilidade”, onde as normas do mercado invadem as formas de subjetividade, de cultura, de identidade e outros, subjugando direitos sociais à lógica orçamentária, invertendo os sentidos, onde os direitos constitucionais se dobram a “disponibilidade” dos recursos, e não o contrário. É essa implicação do mercado nas formas de sociabilidade que se expressará cristalizada no movimento grevista das IFES em 2024 que é tão cara para o funcionamento da ideologia neoliberal, ao culpabilizar o trabalhador pela greve, se cobrirá a raiz da questão, se perde de vista a dimensão coletiva da questão social e da totalidade da realidade, fragmentando e pulverizando a luta de classes, caracterizando-a como uma luta individual ou individualizada.

Sobre esses destacamentos percebe-se a fragilidade das formas de produção profissional no Brasil e em especial a de Serviço Social, de modo que tanto na área pública quanto privada o direcionamento se encontra em uma instrumentalidade menos crítica, menos correlacionada às linhas de ensino, pesquisa e extensão além do incremento dos ideários tecnicistas, pragmatistas e focalizadas na instrumentalização cada vez mais técnica do trabalho, tencionando e indo de face com o referencial ético-político da profissão uma vez que

A ética profissional também fica comprometida neste cenário, visto que o projeto de formação profissional sob o qual as e os assistentes sociais se ancoram desde meados dos anos de 1990, toma a ética não como um momento isolado, ou uma matéria pontual no âmbito da graduação. A ética, lembra o professor, é antes de mais nada, um princípio que perpassa todo o processo de formação curricular. (CRESS/MG, 2021, p. 06, apud Tabosa, 2021).

Em vista disso, o movimento de degradação da égide educacional acaba tendo rebatimentos no trato da chamada “questão social”, haja vista a necessidade da ação profissional norteadora criticamente para atender aos interesses da classe trabalhadora tendo em

PRECARIZAÇÃO DA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: A defesa do projeto ético-político no contexto das particularidades Amazônicas

pauta a construção de uma nova ordem societária.

Em uma ótica crítica da estrutura capitalista tais movimentações de deterioração do ensino superior, e em específico o de Serviço Social, se mostram como instrumentos do capital para recuperação de lucro, e para além em um nível estruturante, como as relações capitalistas transformam tudo em mercadoria visada sistemicamente na rentabilidade, lucro e na acumulação de capital (Guerra, 2010). Nesse sentido, de acordo com Guerra (2010), no balanceamento da educação, essa visão do mercado acaba transformando as universidades e instituições particulares em “fábricas de diplomas” e nesse sentido a lógica do mercado passará para o profissional esse mesmo sentido de “fábrica” forjando discentes acríticos sobre a realidade social em seu entorno tão quanto a sua própria realidade ao qual está inserido.

Questão social na particularidade amazônica e a necessidade de um profissional alinhado ético-politicamente com a classe trabalhadora amazônida.

Nesta seção será discutida a necessidade de um profissional com um conhecimento teórico-crítico pautado ética e politicamente para a classe trabalhadora no direcionamento da emancipação humana e ainda as particularidades da “questão social” na Amazônia e seus requerimentos no agir técnico-operativo, teórico-metodológico e ético-político do assistente social. O compromisso do Serviço Social com a reformulação da ordem societária se ajuntará com as particularidades amazônicas, visto a lógica mercantilista do capital na região e seu projeto neoliberal.

A região amazônica ao mesmo tempo que carrega suas singularidades regionais carrega particularidades dentro da própria região, conforme diz Nascimento et al. (2022), faz-se imprescindível a apreensão das diversas formas de viver na Amazônia e suas multifaces sociais. Paralelamente às vivências multifacetadas da Amazônia há o avanço do capital na região caracterizada por sua última fronteira de expropriação, trazendo para a região seus planos intrínsecos ao modo de produção capitalista, a relação pobreza e riqueza e capital e trabalho, não somente mas também, ao adentrar a Amazônia o capitalismo transformou os povos originários que aqui viviam em “pobres” e “consumidores” nos moldes capitalistas no momento que expropriou seus territórios (considerando as águas como componente do território) transmutando-os em pertencentes agora da macroestrutura da malha do capital (Texeira, 2008). Além das modificações nos modos de vidas característicos “típicos” para agora “consumidores”, houve também na Amazônia a introdução da chamada “questão social” uma vez que essa última é inerente a esse modo de produção capitalista, nesse

PRECARIZAÇÃO DA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: A defesa do projeto ético-político no contexto das particularidades Amazônicas

segmento em concordância com Nascimento et al. (2022), a questão social é base constitutiva do modo capitalista e por consequência insuperável neste escopo social

Logo, à medida que o capitalismo apresenta mudanças, as diferentes expressões da questão social vão ganhando novas dimensões e novos contornos, ou melhor, quanto maior a acumulação de capital, maior será o aprofundamento da questão social (Nascimento et al., 2022, p. 03).

PRECARIZAÇÃO DA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: A defesa do projeto ético-político no contexto das particularidades Amazônicas

Nesse sentido, com a inserção do capitalismo na região, novas (e velhas) expressões da questão social ganham luz no cenário amazônico, trazendo novas demandas técnicas, teóricas e éticas específicas aos profissionais assistentes sociais. Tendo isso em vista, na visão de Chagas (2018), um dos obstáculos do profissional de Serviço Social é justamente sua relação com a realidade social e por isso há uma iminência da exigência de um referencial de conhecimentos teóricos para a análise da conjunção da questão social e como ela se apresenta na realidade social concreta. O trabalho profissional é constantemente concitado pelos danos da intensa atividade de exploração na Amazônia, fazendo-se indispensável o instrumental aparelhado no tripé técnico-operativo, teórico-metodológico e ético-político para lidar com essas novas e velhas refrações da questão social. Consoante com Nascimento et al. (2022), as novas formas de agir profissional na Amazônia se mostram pela percepção totalizante e específica perpassando pelo certame geográfico até às especificidades das culturas, costumes formas de trabalho e da sociobiodiversidade amazônica, compreendendo de forma crítica como o modo de produção capitalista implica naquela realidade. Nesta conjuntura da particularidade Amazônica os profissionais se veem atravessados pela magnitude e densidade da floresta causando dificuldades em chegar no interior da região, e ainda pela voracidade do capital no local, assim

Dessa dinâmica derivam diversas expressões da questão social. De um lado, temos a questão geográfica e hidrográfica que evidenciam nas enchentes, cheias e secas: a fome, doenças, e a ausência de políticas que assistam essa população. De outro lado, temos expressões derivadas do crescimento elevado do capital, que possibilitam diversas atividades ilegais, como garimpo, a insustentabilidade na pesca e caça, e o uso exacerbado e ilegal das riquezas naturais, e própria violência destinado as diversas populações que vivem na Amazônia (Nascimento et al., p. 07).

Neste certame identifica-se ainda um projeto neoliberal enviesado no direcionamento burguês onde suas ferramentas se mostram como estratégias táticas desde os estudos e, em seguida, chegando no trabalho profissional, desde o agravamento do ensino, e a posteriori corrosão do trabalho, expropriação da matéria prima amazônica, expropriação das terras (que são dos povos originários e do povo amazônico) para o agronegócio, moldes do homem amazônida no encaixe da superestrutura capitalista são novas formas de acumulação e expansão do capital pertencentes ao projeto neoliberal burguês (Junior, 2021).

Portanto, induz-se a ideia de que seja fundamental uma formação em Serviço Social que se alinhe criticamente com aproveitamento em ensino, pesquisa e extensão para saber lidar com

PRECARIZAÇÃO DA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: A defesa do projeto ético-político no contexto das particularidades Amazônicas

a contenção da questão social na Amazônia. O processo de precarização do ensino somado às demandas específicas das novas e velhas refrações da questão social na região amazônica mostra-se como uma estratégia estruturada de reorganização do ensino superior alinhado às exigências do capital para a diminuição de políticas públicas e sociais frente ao avanço do capital, além de um plano de desarticulação ética e política do Serviço Social, uma vez que é o assistente social o mediador entre capital e trabalho. Reforçar o projeto ético-político e a práxis do Serviço Social na Amazônia torna-se crucial diante do projeto capitalista burguês na região.

Considerações finais

Refletir a fragilidade e a qualidade das bases estruturais profissionais de futuros assistentes sociais em meio aos desmontes das políticas públicas de educação é substancial para entender as futuras conjunturas do Serviço Social e principalmente na forma como vai ser tratada o objeto de trabalho do Serviço Social: as novas e velhas refrações da questão social. Na alçada da realidade de intensa ramificação e fissão do ensino, pesquisa e extensão estabilizando-os refletirá na cristalização do profissional do “aqui e do agora”, reforçando o viés pragmático e tecnicista e acrítico o que é expressamente contrário justamente as bases e tripé do Serviço Social: a dimensão teórica-metodológica, técnico-operativa e ético-política. Certos sinais descritos nas seções acima podem ser indicativos diretos da fragilização instrumentalizada em Serviço Social, caracterizando um futuro cada vez mais baseado na “técnica pela técnica” e, portanto, tendo atingido diretamente a forma de compreender, raciocinar e agir nas contradições entre *capital e trabalho* e no seu principal acessório pertencente, que é a questão social.

Desta maneira depreende-se ainda que há um planejamento em curso e operante por parte da elite dominante que perpassa basilarmente desde as supressões monetárias que deveriam ser repassadas ao ensino superior público no rumo qualitativo que afetará a posteriori toda a instrumentalização científica de futuros profissionais, propriamente a de assistentes sociais, consequentemente na forma de intervir na realidade social efetivamente ou ineficientemente ou ainda alinhando-se ético-politicamente a favor na propensão em concordância com uma classe em detrimento da outra, e assim podendo enfraquecer, precarizar e desmobilizar os serviços sócio-assistenciais prestados pelos assistentes sociais em exercício. Não obstante, esta piora no ensino na unicidade amazônica também preconiza as

PRECARIZAÇÃO DA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: A defesa do projeto ético-político no contexto das particularidades Amazônicas

intervenções específicas neste território, uma vez que o mesmo apresenta singularidades

PRECARIZAÇÃO DA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: A defesa do projeto ético-político no contexto das particularidades Amazônicas

genéricas presentes em outros locais ao qual o capital se instalou, mas também facetas únicas da região e que reclama por um olhar diferenciado. Uma intervenção comum nesta zona se concatenará com o alinhamento do referencial da elite, pautado nas políticas de financeirização. Isto posto, um dos possíveis desenlaces defronte à esquematização de interesse burguesa, seria o fortalecimento e atualização do projeto ético-político da profissão, o incentivo a pesquisa e as práticas científicas extensionistas e também, no que tange a Amazônia, a ressignificação do ensino para cada vez mais trazer pensamentos, teorias e estudos feitos na própria localidade, trazendo representação material uma vez que o contexto amazônico carece de representatividade acadêmica na ótica local.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Cleonice; PEREIRA, Maria. A precarização da formação e do trabalho de assistentes sociais e os reflexos na política pública de assistência social. In: XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social - ENPESS, Rio de Janeiro, 2022. **Anais eletrônicos**, Rio de Janeiro, Abepss, 2023.

Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/00143.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2025.

CHAGAS, Bárbara; LOPES, Glayce; DOS SANTOS, Maria; GUEDES, Maria; BEZERRA, Maria. Serviço social, precarização e projeto ético-político: desafios à formação e exercício profissional no estado da Paraíba. In: XVI Encontro de Pesquisadores em Serviço Social - ENPESS, Espírito Santo, 2018. **Anais eletrônicos**, Espírito Santo, Abepss, 2019.

Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23500>. Acesso em: 17 ago. 2025.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DE MINAS GERAIS (CRESS/MG): MINAS GERAIS. Com um ensino precarizado em serviço social, como fica a ética das e dos assistentes sociais?. Boletim online, **Conexão Geraes**, 2021.

Disponível em:

<https://www.cress-mg.org.br/wp-content/uploads/2021/09/BOLETIM-TRIMESTRAL--SET-21.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2025.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. São Paulo: **Cortez/Celats**, 1983.

IAMAMOTO, Marilda. A Questão Social no Capitalismo. In: DURIGUETTO, Maria; IAMAMOTO, Marilda (orgs.). Serviço Social Questão Social, Território e Política Social. Juiz de Fora/MG: Editora **UFJF**, 2021. p. 183-204.

PRECARIZAÇÃO DA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: A defesa do projeto ético-político no contexto das particularidades Amazônicas

FERREIRA, Regiane. Precarização da educação e os rebatimentos na formação profissional do assistente social. In: IX Jornadas Internacionais de Políticas Públicas - JOINPP, Maranhão, 2019. **Anais eletrônicos**, Maranhão, PPGPP/UFMA, 2020.

Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/25815>

Acesso em: 17 ago. 2025.

GUERRA, Yolanda. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. São Paulo: **Serviço Social & Sociedade**, n. 104, p. 715-736, out./dez. 2010.

MARTINS JÚNIOR, Severino. Serviço Social na Amazônia: uma profissão tensionada a reatualizar sua práxis social. In: XI jornada internacional de políticas públicas - JOINPP, Maranhão, 2021. **Anais eletrônicos**, Maranhão PPGPP/UFMA, 2022. Disponível em:

https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/upload/anais/trabalho_submissaoId_578_578611176c65293d.pdf?015928. Acesso em: 17 ago. 2025.

MORAES, Lúcio; MAESTRO FILHO, Antonio; DIAS, Devanir. O paradigma Weberiano da ação social: um ensaio sobre compreensão do sentido, a criação do tipos ideias e suas aplicações na teoria organizacional. Rio de Janeiro: **Revista de Administração Contemporânea (RAC)**, v. 7, n.2, 2003. p. 57-71.

NASCIMENTO, Izabelle; DA SILVA, Escalarte; BATALHA, Adriana; ROCHA, Samara; CUNHA, Marinez. Questão social na Amazônia e serviço social: reflexões sobre o trabalho de assistentes sociais em tempos emergentes In: XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social - ENPESS, Rio de Janeiro, 2022. **Anais eletrônicos**, Rio de Janeiro, Abepss, 2023.

Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/00883.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2025.

SANTOS, Fernando. Financiamento público das instituições federais de ensino superior - IFES: um estudo da universidade de Brasília - UnB. Dissertação (mestrado em economia), faculdade de economia, administração, contabilidade e ciência da informação e documentação - **FACE**, Brasília, 2013.

TEIXEIRA, Joaquina. Meio ambiente, Amazônia e serviço social. Rio de Janeiro: **Em Pauta**. N.21, 2008. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/94>
Acesso em: 17 ago. 2025.

TOZONI-REIS, Marília. O Método Materialista Histórico e Dialético Para a Pesquisa em Educação. São Paulo: **Simbio-Logias**, UNESP, 2020.